

Primeira fase do Plano Nacional de Fogo Controlado contempla 6.500 hectares

19 de Abril, 2018

O secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, disse hoje que a primeira fase do Plano Nacional de Fogo Controlado registou 24 candidaturas com um total de 6.500 hectares e defendeu formação de mais técnicos nesta área, avança a “Lusa”. “Abrimos uma candidatura para 10 mil hectares, apareceram 6.500 e são esses que estão a ser executados agora. Antes do fim deste ano, vamos abrir um novo anúncio para uma segunda fase de fogo controlado”, afirmou à agência “Lusa” Miguel Freitas, após participar numa ação de fogo controlado na rede primária na serra de Montemuro, numa iniciativa da Câmara de Lamego, no distrito de Viseu, uma das entidades que se candidatou ao plano.

Assinalando que “é a primeira vez que o país tem um Plano Nacional de Fogo Controlado”, o secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural observou que este “se insere num programa de gestão de combustível nas faixas primárias”. “Vamos fazer cerca de 3.600 quilómetros de faixas primárias usando vários instrumentos de política, por um lado o fogo controlado, por outro lado o uso de máquinas, mas também o exercício feito com as cabras sapadoras”, exemplificou, destacando o “trabalho integrado para fazer estas grandes faixas de proteção da defesa da floresta contra incêndios”.

O secretário de Estado apontou ainda a necessidade de se formar mais pessoas no âmbito do fogo controlado. “Temos poucos técnicos credenciados e, portanto, temos de fazer também um esforço de formação ao nível dos técnicos para poderem acompanhar esta ação”, declarou, referindo que, embora se esteja na primeira fase do plano nacional, “importante é que isto seja contínuo para que, de facto, as pessoas se possam formar na perspetiva de que vão ter trabalho”.

Sobre a ação de hoje, Miguel Freitas realçou o “bom trabalho” das Câmaras de Lamego e Castro Daire. “Este fogo controlado que nós fizemos alcança cerca de dez quilómetros, isto é, cerca de 100 hectares, mas que junta a uma outra candidatura feita pelo Município de Castro Daire para mais 200 hectares”, explicou o secretário de Estado, notando que a serra de Montemuro “vai ter uma faixa de proteção de defesa da floresta contra incêndios, aqueles grandes estradões de 125 metros, de cerca de 30 quilómetros”.

O governante salientou, ainda, o facto de “poder compatibilizar esta ação com o uso por parte daqueles que são os principais utilizadores, os pastores, que normalmente fazem queimadas para fazer a pastorícia”. “Com o fogo controlado, permitiremos que essas áreas tenham um pastoreio mais fácil e evitamos outras ações de queimadas descontroladas, que é também um dos objetivos do nosso trabalho”, adiantou Miguel Freitas, acrescentando que o Governo abriu igualmente um outro plano relativo às queimadas abrangendo 5.500 hectares, o

que significa que o fogo vai ser usado “para controlar cerca de 12 mil hectares”.